

ANEXO I

RESUMO EXPANDIDO

A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Claudete Sales da Silva¹

RESUMO

Este resumo expandido aborda a temática da Educação Especial Inclusiva (EEI) no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), integrando achados de diversas pesquisas sobre a Rede Federal de EPT e sistemas estaduais, como o Instituto Federal de Brasília (IFB) e a Rede de Escolas de Educação Tecnológica do Pará (EETEPa). O objetivo é analisar os avanços e desafios da EEI na EPT, destacando a importância da formação continuada e de estruturas de apoio como o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). A metodologia fundamenta-se em abordagem qualitativa e descritiva, utilizando análise documental e bibliográfica. Os resultados apontam que, embora existam marcos legais consolidados, a implementação prática enfrenta barreiras como o capacitismo, a carência de infraestrutura em Tecnologia Assistiva e a necessidade de profissionalização dos núcleos de apoio. Conclui-se que a inclusão efetiva exige o compromisso coletivo para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva; Educação Profissional e Tecnológica; NAPNE; Acessibilidade; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica passou por uma expansão significativa na última década, tornando-se mais acessível e democrática ao interiorizar o ensino em diversas regiões do Brasil. No entanto, esse aumento na diversidade de estudantes trouxe o desafio de realizar uma educação profissional verdadeiramente inclusiva para Pessoas com Deficiência (PcDs).

A inclusão escolar é definida legalmente pela garantia de oportunidades que assegurem a plena participação do público-alvo da educação especial em salas de aula comuns. Contudo, embora marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI 13.146/2015) garantam o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e à acessibilidade, a implementação prática ainda enfrenta barreiras severas.

Nesse sentido, o problema central reside na lacuna entre a legislação e a realidade institucional, marcada pelo capacitismo, pela falta de formação docente específica e pela carência de infraestrutura e tecnologias assistivas.

Assim, o objetivo deste resumo é analisar os avanços e desafios da EEI na EPT, destacando a importância da formação continuada e de estruturas de apoio como os NAPNEs.

¹ Assistente de Aluno do IFPA campus Vigia/ Pedagoga, Mestre em Educação e Especialista em Educação Especial e Inclusiva/ Professora Pesquisadora do GEPPAPI/salesclaudete22@gmail.com

METODOLOGIA

A metodologia adotada no presente trabalho caracteriza-se por uma abordagem predominantemente qualitativa, de natureza descritiva. Este delineamento permitiu a exploração do objeto de estudo — a Educação Especial Inclusiva (EEI) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) — gerando novas ideias e interpretações a partir de dados que não se limitam apenas a números, mas abrangem significados e percepções expressos por palavras.

O percurso investigativo iniciou-se com uma análise documental e bibliográfica. Logo, foram examinadas legislações nacionais (como a LDB, a LBI e o PNE), regulamentos, notas técnicas e marcos legais específicos da EEI e da EPT, além de Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A base teórica foi complementada por publicações acadêmicas que defendem a inclusão escolar e discutem os desafios da formação docente.

Para o tratamento e interpretação das informações coletadas, utilizou-se a análise de conteúdo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre a Educação Especial Inclusiva (EEI) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) revela um cenário de transição: de um lado, avanços legais significativos; de outro, barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que impedem a plena participação dos estudantes.

Mendes e Ribeiro (2025) ressaltam que na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a educação deve ser omnilateral, visando a formação integral do cidadão contra qualquer tipo de alienação, pois “busca promover a formação integral dos indivíduos, considerando as dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e ambientais, que influenciam a construção do conhecimento e o desenvolvimento humano” (MENDES E RIBEIRO, p. 2, 2025).

Nesse sentido, podemos entender que o conceito de educação especial também está incluso desta discussão e nos ditames da EPT, uma vez que a educação especial compõe uma modalidade da educação básica que historicamente no Brasil evoluiu de modelos segregados (influência médica) para a integração e, finalmente, para a perspectiva da Educação Especial Inclusiva consolidada após a Constituição de 1988.

Isto posto, o conceito de deficiência, segundo Oliveira e Ferreira (2024), é hoje compreendido pelo modelo social como um impedimento de longo prazo em interação com barreiras sociais que obstruem a participação plena. Logo, a compreensão da deficiência migrou de um modelo médico/biológico (focado no déficit e na segregação) para um modelo social.

Neste novo paradigma, a deficiência é vista como o resultado da interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras impostas pela sociedade (arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas e pedagógicas). Toda vida, Pereira, Gotardo, Sonza e Fernandes (2024) denotam que um obstáculo central identificado, e que é também um dos fatores propagadores da exclusão de PcDs, é o capacitismo, definido como o julgamento da pessoa unicamente por sua condição corporal, determinando se ela é “capaz” ou não de frequentar o ensino técnico.

Neste cenário de desafios para formação de PcDs a formação omnilateral na EPT, que visa o desenvolvimento humano integral contra qualquer tipo de alienação, vem fortalecer a discussão no sentido de garantir que PcDs não sejam apenas treinadas para tarefas manuais repetitivas, mas educadas para a consciência social e autonomia crítica.

Assim sendo, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) são setores importante para a consolidação desta formação omnilateral e para a

inclusão de Pcds nos Institutos da Rede Federal de ensino, dado que tem como objetivo articular as ações inclusivas nos campi.

Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) são os pilares da inclusão na EPT, no entanto, Oliveira e Ferreira (2024) demonstram muitos NAPNEs operam sob um cenário de precariedade como:

- a) **Voluntariado e Acúmulo de Função:** Muitos núcleos são compostos por servidores voluntários que acumulam funções, sem cargos formais ou gratificações no organograma institucional.
- b) **Natureza Consultiva:** Frequentemente, o NAPNE é apenas um setor consultivo, e não uma coordenação executiva com autonomia orçamentária e poder de decisão sobre adaptações curriculares.
- c) **Falta de Especialistas:** Há uma demanda urgente por psicólogos, pedagogos e especialistas em Atendimento Educacional Especializado (AEE) para compor esses núcleos. No IFB, por exemplo, identificou-se apenas um docente especialista em AEE em toda a rede.
- d) **Disparidade de recursos entre as instituições:** Há uma discrepância entre as instituições de ensino, algumas possuem tecnologias avançadas e outras carência infraestrutural básica.

Nesse viés, uma solução teórica destacada é o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe a criação de currículos flexíveis com múltiplas formas de representação e engajamento. Contudo, essa abordagem ainda é pouco conhecida ou aplicada no contexto brasileiro.

O conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como uma estratégia necessária, mas ainda pouco conhecida no Brasil e consoante a isto a formação insuficiente dos professores é um dos entraves à inclusão, uma vez que, muitos docentes, formados em bacharelados técnicos, carecem de base pedagógica e conhecimentos específicos sobre deficiências.

Assim, a formação continuada "em serviço" é frequentemente descontínua ou inexistente em certas redes e como resposta, pesquisas como a de Oliveira e Ferreira (2024) propuseram produtos educacionais como o "Manual Reflexivo sobre EEI na EPT" e guias para formação continuada, visando sensibilizar e orientar o corpo docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial Inclusiva na EPT é uma realidade legal, mas ainda em processo de amadurecimento prático, dado que, o avanço da inclusão requer a superação do capacitismo e a transformação dos ambientes escolares para que eles se adaptem aos alunos, e não o contrário.

Em vista disto, foi possível perceber que as barreiras do cenário da inclusão de estudantes com deficiência na EPT ainda são muitas e diversas, um dos pontos mais críticos identificados é a insuficiência crônica de recursos de Tecnologia Assistiva (TA) e Materiais Didático-Pedagógicos Acessíveis (MPA) e no âmbito pedagógico, a formação docente emerge como o principal gargalo para a inclusão efetiva, pois a corpo docente da EPT, é composto majoritariamente por bacharéis sem base pedagógica específica em educação especial.

Contudo, tais barreiras não são impossíveis de serem superadas, visto que, muitos são os estudos que estão sendo desenvolvidos neste ambiente e que trazem notoriedade ao debate e consequentemente trazem novas conquistas e novas possibilidades para a consolidação da inclusão.

Para isso, precisamos da transformação de políticas "maquiadas" ou assistencialistas em compromissos institucionais reais, envolvendo investimento em TA, profissionalização dos

NAPNEs e uma formação docente continuada que una o saber técnico ao compromisso humano de formar não apenas estudantes, mas profissionais técnicos capacitados, autônomos e conscientes de seus direitos e deveres para com a sociedade e para com a sua carreira profissional.

Em outras palavras, a efetivação da EEI na EPT demanda a superação do capacitismo estrutural e a compreensão de que o ambiente acadêmico deve se reconfigurar para se adaptar ao aluno, e não o contrário.

Portanto, para que se possa superar as barreiras da exclusão e assim vislumbrar a efetivação da inclusão de PcDs na EPT algumas recomendações de mudanças se fazem necessárias, como:

- a) Transformar os NAPNEs em coordenações formais com servidores capacitados e dedicação exclusiva e composto por uma equipe multidisciplinar de psicólogos, pedagogos e especialistas em Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- b) Alocar recursos específicos para o uso de Tecnologias Assistivas (TA), Materiais Pedagógicos Acessíveis (MPA) e adequação arquitetônica conforme as normas de acessibilidade;
- c) Implementar a capacitação contínua para docentes e técnicos sobre metodologias inclusivas, Flexibilização e Adaptação Curricular e DUA;
- d) Adoção de instrumentos como o Plano Educacional Individualizado (PEI);
- e) Consolidação e fortalecimento do ensino Colaborativo entre professor de sala base e professor do Atendimento Especializado;
- f) A nível nacional criar um Observatório Nacional de Inclusão para monitorar e aprimorar as políticas públicas na rede.

Em suma, a efetivação da inclusão na EPT não é um ato solitário, mas exige o compromisso coletivo de gestores e professores para garantir que PcDs conquistem não apenas o acesso, mas a permanência e o êxito profissional e social, assim a escola deve adaptar-se ao aluno e as suas necessidades específicas de aprendizado e de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Suelen Tavares Godim de. **A educação profissional de pessoas com deficiência: processos de inclusão**. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CARVALHO, Francisco Roberto da Silva de. Formação docente na educação profissional e tecnológica: perspectivas e desafios para inclusão escolar no ensino médio integrado. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 12, n. 31, p. 223–243, 2025. DOI: 10.55028/pdres.v12i31.22817. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/22817>. Acesso em: 16 dez. 2025.

MENDES, M. F. A.; RIBEIRO, M. da S. Educação Inclusiva na Educação Profissional Tecnológica: uma proposta de produto educacional para a formação de professores. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 11, n. jan./dez., p. e250125, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.31417/educitec.v11.2501>. Acesso em: 10 dez. 2025.

OLIVEIRA, Anna Vanessa Lima de; FERREIRA, Marcos Ramon Gomes. Educação Especial Inclusiva (EEI) na Educação Profissional e Tecnológica: um recorte sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Instituto Federal de Brasília. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 3, n. 24, p. e12750, 2024. DOI: 10.15628/rbept.2024.12750. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12750>. Acesso em: 16 fev. 2026.

PEREIRA, A. R.; GOTARDO, R. da S.; SONZA, A. P.; FERNANDES, W. L. INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE FEDERAL EPT: INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA ASSISTIVA E MATERIAIS DIDÁTICOS. **Revista ComCiência - Multidisciplinar**, [S. l.], v. 9, n. 13, p. e9132411, 2024. DOI: 10.36112/issn2595-1890.v9.i13.e9132411. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/comciencia/article/view/20869>. Acesso em: 16 fev. 2026.